

Inquérito Civil n. 06.2021.00001758-0

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA n. 0001/2023/04PJ/CON**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (MPSC), por seu Promotor de Justiça, doravante nomeado Compromitente; e de outro lado **Eminco Empreendimentos Imobiliários Concórdia Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 75.371.765/000-37, com sede na Rua do Comércio, 273, casa, Centro, Concórdia/SC; **Gil Goss**, brasileiro, engenheiro, casado, nascido em 19/4/1959, natural de Concórdia/SC, filho de Jairo Goss e Celina dos Santos Goss, RG n. 4.134.923, CPF n. 343.723.349-15, residente e domiciliado na Rua do Comércio, 273, casa, Centro, Concórdia/SC; doravante nomeados Compromissários, no Inquérito Civil n. 06.2021.00001758-0, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019,

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público, pelo disposto no art. 129, III, da Constituição da República (CRFB/1988), possui, dentre suas atribuições, a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, destacando-se, neste aspecto, a proteção do direito à vida, à saúde e ao bem estar social como elementos essenciais à dignidade da pessoa humana;

**CONSIDERANDO** que o art. 14, § 1º, *in fine*, da Lei n. 6.938/1981, reconheceu o Ministério Público como órgão de proteção do meio ambiente, assegurando-lhe legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente;

**CONSIDERANDO** ser o Ministério Público, pelo disposto no art. 129, II, da CRFB/1988, encarregado de promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

**CONSIDERANDO** que *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"* (art. 225, *caput*, CRFB/1988);

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei n. 9.605/1998);

**CONSIDERANDO** a função socioambiental da propriedade prevista nos artigos 5º, XXI, 170, VI, 182, § 2º, e 186, I, da CRFB/1988, além dos princípios jurídicos ambientais do desenvolvimento sustentável, da prevenção, da precaução e do poluidor pagador;

**CONSIDERANDO** a necessidade de proteção ao bioma Mata Atlântica e seus remanescentes, regulamentada e protegida pela Lei n. 11.428/2006, cuja preservação garante a presença de nascentes, fluxo de mananciais de água que abastecem as cidades, além de ajudar o clima e a conservação do solo, protegendo escarpas e morros, com respeito às inúmeras espécies de animais e vegetais que dela dependem;

**CONSIDERANDO** que, a teor do art. 21, III, e 31, I, da Lei n. 11/428/2006, o corte, a supressão e a exploração da vegetação secundária em estágio avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica somente serão autorizados, para fins de loteamento ou edificação, nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência da dessa lei, garantindo-se a preservação de vegetação nativa em pelo menos 50% da área total coberta pela vegetação;

**CONSIDERANDO** a tramitação, no âmbito deste Órgão de Execução, do Inquérito Civil n. 06.2021.00001758-0, instaurado para apurar a responsabilidade pelo dano ambiental cometido em razão da supressão de vegetação nativa, secundária, do Bioma Mata Atlântica, em estágio médio de regeneração, sem a devida autorização do órgão ambiental competente, nos imóveis localizados no Loteamento Jardim Europa, lotes 194 a 198 e parte dos lotes 190 a 193, em área equivalente a 4.592m²;

**CONSIDERANDO** que ficou demonstrado no bojo do referido Inquérito Civil, notadamente na Informação Técnica 43/2021 elaborada pelo IMA, que o parcelamento do solo no caso em tela foi aprovado pela Município em 1987 e a supressão de vegetação ocorreu entre os anos de 2018 a 2019, ou seja, após o advento da Lei da Mata Atlântica, pelo que são aplicadas as regras da aludida lei;

**CONSIDERANDO** que a PMA, após vistoria *in loco*, informou que:

a) a área coberta por vegetação secundária em estágio médio de regeneração no empreendimento Loteamento Jardim Europa antes da supressão objeto do AIA n. 49786-A e Termo de Embargo n. 38072-A era de 2,169 hectares (21.692 m<sup>2</sup>); e b) a supressão de vegetação nativa em área de 4.592m<sup>2</sup> (0,459 hectares) corresponde a 21,16% da área total coberta por vegetação secundária em estágio médio de regeneração no empreendimento;

**CONSIDERANDO** que, como visto, no caso em tela, houve a supressão de área inferior a 70% da área total de vegetação secundária em estágio médio de regeneração, daí por que não se verificam danos ambientais a serem recuperados, nos termos do art. 31 da Lei n. 11.428/2006.

**CONSIDERANDO** que, contudo, isso não afasta a exigência legal de compensação da área em que houve supressão de vegetação nativa por área equivalente em outro local, nos termos do art. 17 da Lei n. 11.428/2006;

**CONSIDERANDO** que, conforme informado pelo IMA, não houve apresentação pelos representados de qualquer projeto de compensação pela área suprimida, embora isso fosse devido;

**CONSIDERANDO** que a responsabilidade pelos danos ambientais é de natureza *propter rem*, ou seja, decorre do bem em sua essência e não da ação lesiva causada, a teor do que dispõe o Código Florestal (Lei n. 12.651/2012), nos termos de seu art. 2º, § 2º, que assim dispõe que "*as obrigações previstas nesta Lei têm natureza real e são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural*";

**CONSIDERANDO** que a reparação do dano ambiental deve se dar, em ordem de importância, com a restauração *in situ* e, sendo inviável, com a compensação ecológica, mediante substituição por equivalente no local, substituição por equivalente em outro local ou indenização pecuniária (art. 4º do Assento n. 1/2013/CSMP);

**CONSIDERANDO** que, a teor do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, os órgãos públicos legitimados, dentre eles o **MPSC**, poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial;

**RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

**1. OBJETO:**

**Cláusula 1ª.** Este Termo de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adoção de medida de compensação da área em que houve supressão de vegetação nativa - área de 4.592 m<sup>2</sup> - por área equivalente em outro local, nos termos do art. 17 da Lei n. 11.428/2006.

**2. OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS:**

**Cláusula 2ª.** Os Compromissários obrigam-se a compensar a área de supressão de vegetação nativa – 4.592 m<sup>2</sup> -, mediante a aquisição de área equivalente com vegetação nativa em outro local, situada na Bacia do Rio Jacutinga, a ser homologada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) como forma de compensação. O protocolo do pedido de homologação junto ao IMA será realizado no prazo de 120 dias corridos a contar da intimação pelo Ministério Público após a homologação do TAC pelo CSMP.

**Cláusula 3ª.** Os Compromissários deverão observar, em relação à cláusula antecedente:

I – A compensação será submetida à análise do IMA, devendo ser realizadas as correções pleiteadas pelo órgão ambiental, no prazo por ele estipulado.

II – No prazo de 30 dias corridos, contado da aprovação da compensação pelo órgão ambiental, deverão comprovar essa aprovação perante o Ministério Público, de forma documental.

**Cláusula 4ª.** Os Compromissários obrigam-se, como forma de compensação pelo tempo de situação irregular (supressão de vegetação sem compensação), a pagar o valor de R\$ 1.212,00, a ser pago em parcela única, a vencer no dia 10 do mês seguinte à intimação para pagamento, após a homologação do arquivamento pelo CSMP (a ser realizada no Procedimento Administrativo próprio), a ser revertida ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), do Estado de Santa Catarina, previsto no art. 13 da Lei n.

7.347/1985 e criado pelo Decreto Estadual n. 1.047/1987, mediante expedição boleto bancário, conforme disposto na sequência.

**§ 1º.** Os boletos bancários referidos no item anterior serão remetidos pela 4ª Promotoria de Justiça ao Whatsapp do Dr. Michel Olmi.

**§ 2º:** Os Compromissários deverão promover a juntada no Inquérito Civil n. 06.2021.00001758-0, no prazo de 10 dias corridos após o vencimento de cada parcela, de cópia do comprovante de pagamento.

### **3. DESCUMPRIMENTO:**

**Cláusula 5ª.** Em caso de descumprimento das obrigações assumidas, os Compromissários estarão sujeitos a protesto e às seguintes multas, que deverão ser reajustadas mensalmente pelo INPC ou índice equivalente, revertidas para o FRBL, mediante expedição futura de boleto bancário, definidas na tabela abaixo:

<b>Cláusula descumprida</b>	<b>Valor da Multa</b>	<b>Referência</b>
Cláusula 2ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso
Cláusula 3ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso
Inciso I da Cláusula 3ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso
Inciso II da Cláusula 3ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso
Cláusula 4ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso
§ 2º da Cláusula 4ª	R\$ 50,00	Por dia útil de atraso

**§ 1º** O não cumprimento do ajustado nas obrigações constantes das cláusulas 2ª a 4ª implicará no pagamento das multas referidas na tabela acima e na execução judicial das obrigações de fazer assumidas.

**§ 2º** As multas acima estipuladas serão exigidas independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando os Compromissários constituídos em mora com a simples ocorrência do evento.

**Cláusula 6ª.** Eventual descumprimento das cláusulas ajustadas por caso fortuito ou força maior, ou outro importante motivador, deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado, hipótese em que o Ministério Público analisará e decidirá sobre a aceitação ou não da justificativa apresentada para fins de isenção das multas previstas na Cláusula 5ª.

### **4. ALTERAÇÃO DOS PRAZOS:**

**Cláusula 7ª:** Os prazos estipulados nas Cláusulas 2ª a 4ª poderão

ser estendidos, sem a formalização de termo aditivo, mediante apresentação de justificativa e de cronograma, os quais serão devidamente analisados por esta Promotoria, que deferirá ou não o pedido.

## **5. ADITAMENTO:**

**Cláusula 8ª:** Não sendo o caso de simples modificação de prazos, as partes poderão rever o presente ajuste, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objeto o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessária.

## **6. A POSTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

**Cláusula 9ª.** O Ministério Público do Estado de Santa Catarina compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor dos Compromissários, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta, inclusive procedendo a eventual execução, caso haja necessidade.

## **7. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Cláusula 10.** Todos os prazos estipulados, salvo previsão expressa, passam a correr a partir da assinatura do presente termo de ajustamento de conduta, pelo último signatário, momento em que o acordo entrará em vigor.

**Cláusula 11.** Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e art. 784, IV, do Código de Processo Civil.

**Cláusula 12.** O presente termo de ajustamento de conduta, e o inquérito em que este tramita, será arquivado e submetido à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo art. 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/1985, procedendo-se à abertura de procedimento administrativo próprio para sua fiscalização.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, em três vias.

Concórdia, 17 de janeiro de 2023.

(assinatura digital)  
**Fabício Pinto Weiblen**  
Promotor de Justiça

**Eminco Empreendimentos Imobiliários**  
**Concórdia Ltda**  
Compromissária

**Gil Goss**  
Compromissário